

MUDANÇAS NO TRABALHO RURAL NO BRASIL, 1992-2002¹

Angela Kageyama²

RESUMO: Este trabalho analisou mudanças ocorridas nos setores de atividade e na renda da população economicamente ativa residente na área rural em cinco regiões do Brasil, com base nos dados das PNADs de 1992 e 2002. Mostrou-se que a PEA rural e a PEA agrícola decresceram em todas as regiões e as únicas atividades que aumentaram sistematicamente sua participação no emprego total foram o emprego doméstico e o comércio. Os rendimentos da PEA cresceram cerca de 30% no período em termos reais, mas as rendas não derivadas do trabalho cresceram à frente dos rendimentos do trabalho, confirmando a importância das transferências na distribuição da renda rural.

Palavras-chave: trabalho rural, renda rural, desenvolvimento rural, PEA rural, PEA agrícola.

CHANGES IN BRAZIL'S RURAL LABOR FORCE

ABSTRACT: This paper focuses on the changes in income and activity sectors of the economically active rural population over 1992-2002 from five regions of Brazil, based on the (PNAD), the national household income survey. Both the economically active rural population and the economically active agricultural population decreased in all the regions, as did the jobs in agriculture. However, the number of household servants and employees in commerce (retail) increased in all the regions. The income of the EAP increased by nearly 30% over the decade, but other sources of income increased much more than their earnings, thus confirming the importance of transfers for the rural income distribution in Brazil.

Key-words: rural labor, rural income, rural development, rural economically active population, Agricultural labor force.

JEL Classification: J21, J43, R23.

¹A autora agradece ao professor Rodolfo Hoffmann a leitura da versão inicial do trabalho. Registrado no CCTC n. ASP-12/2004.

²Engenheira Agrônoma, Doutora, Docente do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (e-mail: akageyama@eco.unicamp.br).

1 - INTRODUÇÃO

A noção de desenvolvimento rural é bastante ampla e não se confunde com o desenvolvimento agrícola. Abrange questões relativas ao território (recursos naturais, infra-estrutura de transportes e comunicações), à população rural (incluindo trabalho, educação, saúde, habitação, serviços públicos, etc.) e ao desenvolvimento econômico propriamente dito (setorial e geral). De acordo com Moseley (2003), a noção de desenvolvimento rural sustentável deve fundar-se sobre a idéia de “conservação do capital”, que aparece sob quatro formas: o **capital ambiental** (estoques e fluxos de matéria e energia, ecossistemas, recursos físicos, etc.); o **capital humano** (habilidades dos indivíduos para desempenhar trabalhos produtivos, incluindo sua capacidade física, motivações e atitudes); o **capital social** (estruturas sociais, instituições de todos os tipos, redes informais, sistemas e direitos de propriedade, etc.); e o **capital construído** (instrumentos, máquinas, construções, infra-estrutura). A análise do desenvolvimento rural só pode ser levada a cabo, portanto, combinando teorias, dados e instrumentos de pesquisa de forma interdisciplinar, dada a diversidade de aspectos contidos nessa noção.

Os problemas do desenvolvimento rural vêm ocupando cada vez mais espaço nas discussões acadêmicas (tomando o lugar de temas como “questão agrária” e “modernização agrícola”) e, principalmente, nas instituições de política e planejamento territorial nos países desenvolvidos³. Em relação a estas últimas, apontam Enyedi e Volgyes (1982, p. 9): *“Os projetos de desenvolvimento rural nos países desenvolvidos, e freqüentemente também nos países em desenvolvimento, colocam mais ênfase na indústria rural, no turismo, ou nos serviços, do que na modernização da agricultura. Mas esta última ainda permanece a função rural básica, ao menos em termos da utilização dos recursos”*.

O desenvolvimento - econômico, social, cultural e político - é um conceito complexo e só pode ser definido por meio de simplificações, que incluem

decomposição de alguns de seus aspectos e **aproximação** por algumas formas de medidas. De acordo com Veiga (2000), não existe “o desenvolvimento rural” como fenômeno concreto e separado do desenvolvimento urbano. O desenvolvimento é um processo complexo, por isso muitas vezes se recorre ao recurso mental de simplificação, estudando separadamente o “desenvolvimento econômico”, por exemplo; ou, como propõe Veiga (2000), pode-se estudar separadamente o “lado rural do desenvolvimento”.

Abramovay (2003), apoiando-se no princípio de que ruralidade é um conceito de natureza territorial e não-setorial, mostra que três aspectos básicos caracterizam o meio rural: a relação com a natureza, a importância das áreas não densamente povoadas e a dependência do sistema urbano. O bem-estar econômico das áreas de povoamento mais disperso depende da atividade econômica das cidades próximas e mesmo dos grandes centros urbanos mais afastados. Ainda segundo esse autor, um traço fundamental do desenvolvimento rural é a sua heterogeneidade: *“Embora existam traços comuns da ruralidade, é claro que o meio rural caracteriza-se por sua imensa diversidade. Estabelecer tipologias capazes de captar esta diversidade é uma das importantes missões das pesquisas contemporâneas voltadas para a dimensão espacial do desenvolvimento.”* (ABRAMOVAY, 2003, p.52).

O desenvolvimento rural deve combinar o aspecto econômico (aumento do nível e estabilidade da renda familiar), o aspecto social (obtenção de um nível de vida socialmente aceitável) e o aspecto ambiental, e sua trajetória principal reside na diversificação das atividades que geram renda (pluriatividade). O desenvolvimento rural tem de específico o fato de se referir a uma base **territorial**, local ou regional, na qual interagem diversos setores produtivos e de apoio, e nesse sentido trata-se de um desenvolvimento **multissetorial**, em que o crescimento da agricultura é apenas um dos componentes, ainda que de fundamental importância. Ao mesmo tempo, as áreas rurais desempenham diferentes funções no processo geral de desenvolvimento e, ao longo desse processo, essas funções se modificam. A função produtiva, antes restrita à agricultura, passa a abranger

³Na Europa, os programas LEADER e o Programa de Desenvolvimento Rural da OCDE são paradigmáticos.

diversas atividades, desde o artesanato e o processamento de produtos naturais até aquelas ligadas ao turismo rural e à conservação ambiental; a função populacional, que nos períodos de industrialização acelerada consistia em fornecer mão-de-obra para as cidades, agora inverteu-se, requerendo-se o desenvolvimento de infra-estrutura, serviços e oferta de empregos que assegurem a retenção de população na área rural; a função ambiental passa a receber mais atenção após as fases iniciais da industrialização (inclusive do campo) e demanda do meio rural a criação e proteção de bens públicos e quase-públicos, como paisagem, florestas e meio ambiente em geral. Nesse sentido, o desenvolvimento rural, além de multissetorial, deve ser também **multifuncional**⁴.

Um dos aspectos mais importantes do desenvolvimento rural diz respeito ao mercado de trabalho ou, de maneira mais ampla, ao trabalho em geral. De um lado, porque, para a grande maioria da população, o trabalho é a fonte de renda que possibilita a sobrevivência e o acesso aos frutos do desenvolvimento; de outro, porque, no curso das mudanças que conformam o próprio desenvolvimento, o mercado de trabalho - e particularmente o mercado de trabalho agrícola - sofre grandes transformações em quantidade (por exemplo, o desemprego tecnológico) e qualidade (por exemplo, o trabalho temporário, sazonal ou em tempo parcial).

Este artigo tem por objetivo analisar as mudanças ocorridas entre 1992 e 2002 na população economicamente ativa (PEA) com domicílio rural, em cinco regiões do Brasil. Nesse período a modernização agrícola já se encontra consolidada e as mudanças no mercado de trabalho agrícola tendem a ser "incrementais". O rural, por sua vez, já não é mais o espaço exclusivo do agrícola, e a população que aí reside pode ter acesso a muitas outras formas de ocupação, caracterizando um desenvolvimento baseado na pluriatividade e na multifuncionalidade do meio rural⁵.

⁴Para uma discussão mais aprofundada sobre desenvolvimento rural, ver Kageyama (2004).

⁵Ver, por exemplo, Kageyama (2001 e 2003), Graziano da Silva (1999) e Veiga (2000).

São feitas algumas considerações sobre o mercado de trabalho e a determinação da renda *per capita* e sobre o comportamento geral da agricultura na década analisada. Uma seção é dedicada a esclarecer algumas limitações dos dados utilizados e as duas últimas seções referem-se à análise dos resultados obtidos.

2 - IMPORTÂNCIA DO TRABALHO E DAS REDES DE PROTEÇÃO SOCIAL

No Brasil, a participação dos rendimentos provenientes do trabalho na renda total das famílias declinou na década de 1990. Ainda assim, em 2002, *"3/4 da renda das famílias são derivados do trabalho e mais da metade das famílias brasileiras tem o trabalho como sua única fonte de renda. Portanto, o funcionamento do mercado de trabalho desempenha, em princípio, um papel fundamental na determinação do crescimento, pobreza e desigualdade de renda no país"* (BARROS et al., 2004, p. 4).

Barros et al. (2004) desenvolvem um modelo de determinação da renda familiar per capita com três determinantes mais imediatos: as transformações demográficas, o funcionamento e a evolução das redes de proteção social e os rendimentos do trabalho. Segundo esse modelo, a renda familiar pode provir essencialmente de três fontes: os rendimentos dos ativos possuídos pela família, as transferências de renda recebidas e os rendimentos do trabalho. Estes, por sua vez, dependem de três fatores: a taxa de ocupação da força de trabalho da família, a produtividade e a capacidade de reter os ganhos de produtividade (poder de barganha dos trabalhadores). A produtividade é determinada pela qualificação dos trabalhadores (escolaridade, por exemplo) e pela qualidade dos postos de trabalho (medida pela razão entre a remuneração do trabalho por pessoa ocupada e a qualificação média da força de trabalho)⁶. A renda familiar *per capita* depende, ainda, da proporção de adultos (pessoas com idade de 15 anos ou

⁶A qualificação média da força de trabalho é estimada pelos autores a partir de uma função exponencial da média e do desvio padrão da escolaridade. Para maiores detalhes, ver Barros et al. (2004, p.25-39).

mais) na família, representando o componente demográfico do modelo.

Aplicando o modelo para explicar os determinantes do crescimento da renda familiar *per capita* no Brasil entre 1992 e 2002, utilizando os dados das PNADS, Barros et al. (2004) concluem que: a) a renda *per capita* cresceu 31% nessa década; b) a remuneração do trabalho cresceu apenas 12% na década, fazendo com que a contribuição desse fator para explicar o crescimento da renda *per capita* fosse de apenas 32%; c) as fontes não derivadas do trabalho elevaram-se em 49% no período, sendo responsáveis por 36% do crescimento da renda total *per capita*; a quase totalidade dessa contribuição, no entanto, deve-se às transferências (35%), que se mostraram o fator mais relevante para explicar a melhoria de renda no período; d) a redução na razão de dependência demográfica contribuiu com 32% para o crescimento da renda. Pesquisando os determinantes das diferenças de renda entre pobres e não-pobres, o trabalho chega a conclusões de certa forma surpreendentes: a média das transferências de renda para o grupo dos não-pobres foi quase 10 vezes maior do que a média entre os pobres e, apesar da melhor qualificação dos trabalhadores não-pobres, esse fator explicou apenas 16% da diferença de renda entre os dois grupos. O fator mais importante na determinação dessa diferença foi, de longe, a diferença na qualidade dos postos de trabalho a que os dois grupos têm acesso (45% de contribuição para explicar as diferenças de renda). A conclusão é que "... A principal razão para os pobres estarem nessa condição definitivamente não está em um pior acesso ao trabalho ou em uma razão de dependência maior ou mesmo em um menor grau de qualificação em relação aos não-pobres. A diferença está na pior qualidade dos postos de trabalho que ocupam e no pior acesso que têm às transferências de renda do governo" (BARROS et al., 2004, p.112).

De acordo com Moseley (2003, p.25), o objetivo do desenvolvimento rural sustentável, no que diz respeito ao mercado de trabalho, é "*desenvolver as habilidades, conhecimentos, saúde e motivação da população local para que ela tenha maior acesso a trabalho produtivo e satisfatório e possa participar de outras tarefas do desenvolvimento*".

No Brasil, as maiores transformações no mercado de trabalho agrícola ocorreram no período áureo da modernização da agricultura, entre 1960 e 1980. Os principais impactos da substituição do trabalho permanente pelo temporário deram-se nos anos 60s e 70s e a redução geral do emprego pelo aumento da mecanização e substituição de atividades foi mais intensa na década de 1980. Entre os Censos Agropecuários de 1985 e 1996 verificou-se que o número de empregados agrícolas sofreu uma forte redução no País como um todo. Os permanentes passaram de 2,19 milhões para 1,84 milhão; os temporários contratados diretamente pelo estabelecimento⁷ passaram de 2,77 milhões para 1,83 milhão entre 1985 e 1996. Em praticamente todos os estados, mesmo naqueles que apresentaram intensificação da produção, verificaram-se substanciais quedas no emprego, indicando a baixa capacidade de geração de emprego no setor agrícola nesse período (KAGEYAMA e LEONE, 2002).

Se do lado do mercado de trabalho não se podem identificar mudanças espetaculares nos anos 90s, à parte a tendência secular de redução da mão-de-obra agrícola, o mesmo não se pode dizer da proteção social ao trabalhador agrícola. A Constituição de 1988 havia instituído a figura do "segurado especial", que incorporou à previdência social o setor rural informal, constituído pelos agricultores autônomos e seus auxiliares não-remunerados, em regime de economia familiar. Até aquele momento, vigoravam os dispositivos do Funrural, de 1971, segundo os quais só o trabalhador assalariado com carteira assinada tinha acesso aos benefícios da previdência. As novas regras incluíram a equiparação de acesso a homens e mulheres, a redução do limite de idade para aposentadoria por idade (60 anos para homens e 55 para mulheres) e o estabelecimento do piso de um salário mínimo para aposentadorias e pensões. O critério básico, além da idade, passou a ser o tempo de trabalho rural, cuja comprovação poderia ser feita por diversos expedientes (declaração

⁷Deve-se lembrar que há um contingente considerável de temporários que são contratados por empreiteiros e não aparecem nas estatísticas censitárias.

do sindicato, prova testemunhal, entrevista, documentação do terreno e notas de venda da produção). Essas mudanças significaram a quase universalização da cobertura no meio rural e gradativamente transformaram o programa previdenciário em um "programa de garantia de renda mínima para a área rural" (SCHWARZER, 2000).

As mudanças introduzidas tiveram aplicação efetiva a partir de 1992, aumentando expressivamente o grau de cobertura entre os domicílios rurais e elevando substancialmente a participação da renda previdenciária na renda familiar rural. Os benefícios foram proporcionalmente mais favoráveis às regiões e produtores mais pobres e a previdência foi em parte responsável pela revitalização da agricultura familiar, convertendo-se, de certa forma, num seguro agrícola, ao propiciar a formação de um pequeno excedente que pode ser reinvestido na própria atividade produtiva familiar (DELGADO e CARDOSO JUNIOR, 2000).

O IPEA realizou pesquisas domiciliares em 1996 e 1998, em amostra de 6.000 domicílios em que residiam um ou mais beneficiários da previdência Social Rural, nas Regiões Nordeste e Sul do Brasil. Na Região Sul, o benefício previdenciário representou no mínimo 90% da renda domiciliar da população com até dois salários mínimos de renda total e cerca de 30% na faixa de 5 a 10 salários mínimos e permitiu manter 85% das famílias pesquisadas acima da condição de pobreza. No Nordeste, a renda domiciliar das famílias com benefícios da previdência rural foi 35% superior à das famílias sem acesso a esse benefício. Em média, na amostra, o benefício previdenciário representou 41,5% do orçamento domiciliar no Sul e 71,2% no Nordeste em 1998.

3 - DADOS UTILIZADOS

A fonte dos dados é a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) do IBGE, para os anos de 1992 e 2002 (microdados). Esses dados, após expansão da amostra, representam a totalidade do País, com exceção das áreas rurais de 6 estados da Região Norte. Dado que o interesse específico da

análise é a população rural, toda a Região Norte (incluindo Tocantins, para o qual existem os dados para a área rural) ficou fora do escopo deste trabalho. Os demais estados foram agrupados nas grandes regiões tradicionais, com exceção de São Paulo, que foi mantido separado. As regiões ficaram, portanto, assim definidas: Nordeste (Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia); Sudeste (Minas Gerais, Espírito Santo e Rio de Janeiro); São Paulo; Sul (Paraná, Santa Catarina e Rio Grande do Sul) e Centro-Oeste (Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás e Distrito Federal).

A população alvo do estudo é a PEA, de 10 anos ou mais, residente em domicílio rural particular permanente, e foi considerado o período de referência de 365 dias. Constituem a população economicamente ativa, no período de referência especificado, as pessoas ocupadas (que tinham trabalho durante todo ou parte desse período) e desocupadas (as pessoas sem trabalho que tomaram alguma providência efetiva de procurar trabalho no período de referência especificado). O conceito de trabalho permaneceu inalterado entre as duas PNADs, abrangendo trabalho remunerado, trabalho não-remunerado e trabalho na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso, sendo estes dois últimos exercidos durante pelo menos uma hora na semana.

A comparabilidade entre as PNADs de 1992 e 2002 pode apresentar problemas em relação à classificação das áreas urbanas e rurais. Esta "é feita de acordo com a legislação vigente por ocasião dos Censos Demográficos. Portanto, ainda que a legislação tenha alterado a classificação de determinadas áreas no período intercensitário, a definição estabelecida por ocasião do Censo Demográfico de 1991 foi mantida para as pesquisas da PNAD realizadas de 1992 a 1999 e, também, a classificação vigente por ocasião do Censo Demográfico de 2000 permaneceu para as pesquisas da PNAD de 2001 e 2002. Conseqüentemente, as estatísticas por situação urbana e rural não captam integralmente a sua evolução, sendo que as diferenças se intensificam à medida que os resultados obtidos se afastam do ano de realização do Censo Demo-

gráfico que serviu de marco para a classificação da situação do domicílio" (PNAD, 2002).

Mas o principal problema de comparabilidade refere-se à mudança na classificação das atividades e ocupações.

Nas PNADs baseadas no Censo de 1991 (PNADs de 1992 a 1999), eram discriminadas 167 atividades (e um item "em branco"), que posteriormente eram reunidas em 11 Ramos de Atividade (Agricultura, Indústria de transformação, Indústria da construção, Outras atividades industriais, Comércio de mercadorias, Prestação de serviços, Serviços auxiliares das atividades econômicas, Transporte e comunicação, Social, Administração pública, Outras atividades).

No Censo de 2000 e na PNAD de 2002 foi adotada, para as ocupações e atividades, a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) domiciliar, que é uma adaptação da CNAE para as pesquisas domiciliares. Nessa classificação foram definidos 13 grupos de atividades - que corresponderiam à idéia de ramo de atividade das pesquisas anteriores - subdivididos, por sua vez, em 60 subgrupos. Os novos grupos que aparecem na PNAD de 2002 são: Agricultura, Indústria, Indústria de transformação, Construção, Comércio e reparação, Alojamento e alimentação, Transporte, armazenagem e comunicação, Administração pública, Educação, saúde e serviços sociais, Serviços domésticos, Outros serviços coletivos, sociais e pessoais, Outras atividades, Atividades mal definidas ou não declaradas.

As 167 atividades antes existentes foram de alguma forma distribuídas entre esses subgrupos, mas várias foram divididas por mais de um subgrupo (por exemplo, "assistência técnica a veículos" teve parte alocada em Indústria de transformação, parte em Comércio e reparação), outras não têm correspondência na CNAE (por exemplo, "atividades de caça") e outras não têm correspondente nas PNADs antigas (por exemplo, "reciclagem"). No site do IBGE (2004) há uma seção sobre "Classificações Estatísticas", onde pode ser encontrado o documento "CNAE-Domiciliar e correspondência com a CNAE e PNAD", que permite verificar como foram feitas as correspondências de atividades com a

PNAD e o Censo Demográfico de 1991. Utilizando essas correspondências, foram adequadas, inicialmente, as atividades da PNAD de 1992 à classificação da PNAD de 2002; muitas atividades, porém, estavam distribuídas entre dois ou mais dos novos grupos, o que obrigou posteriormente a reunir alguns grupos, ficando com sete grupos de atividades compatibilizados para o estudo:

- 1 - Agricultura
- 2 - Indústria (Indústria + Indústria de transformação)
- 3 - Construção
- 4 - Comércio e reparação
- 5 - Administração pública, educação, saúde (Administração pública + Educação, saúde e serviços sociais)
- 6 - Serviços domésticos
- 7 - Outras atividades (Alojamento e alimentação + Transporte, armazenagem e comunicação + Outros serviços coletivos, sociais e pessoais + Outras atividades + Atividades mal definidas ou não declaradas).

Note-se que esse reagrupamento mostrou-se suficiente para o estudo proposto, que trata da área rural, onde a atividade agrícola ainda representa 75% do total e não são frequentes as atividades dos grupos que foram reunidos, de forma que a perda de informação ao passar dos 13 para os 7 grupos de atividades foi mínima. Não se presta, obviamente, para estudos da área urbana ou de setores específicos (particularmente os serviços).

A população com domicílio rural passou de 31.068.757 para 26.810.396 (redução de 13,7%) entre 1992 e 2002, no total das 5 regiões estudadas. Deputados os dados de renda⁸, o total da PEA rural, como antes definida, foi de 17.379.274 em 1992 e 15.190.178 em 2002 (redução de 12,6%). Esses dois conjuntos constituem nosso universo de análise.

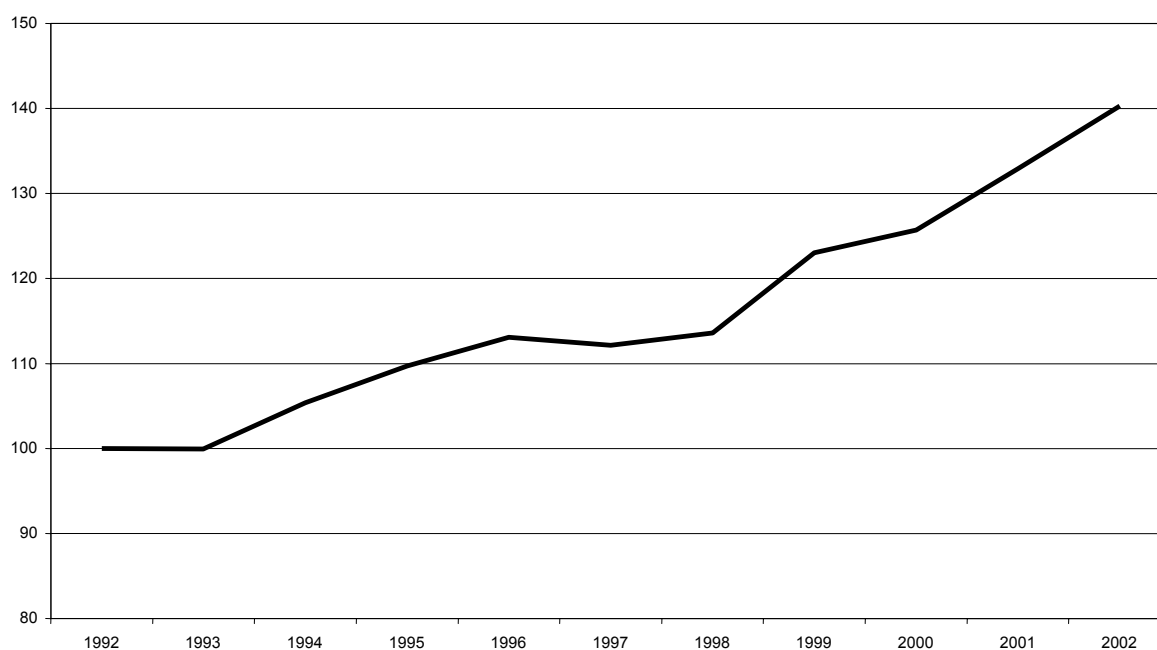
⁸Foram eliminadas as pessoas que declararam existir alguma parcela do rendimento (por exemplo, aposentadoria, rendimento do trabalho, etc.) porém o valor dessa parcela era **ignorado** e as pessoas cujo rendimento total (de todas as fontes) era **ignorado**. Note-se que isso não elimina as pessoas **sem declaração** de rendimentos ou com rendimento zero.

4 - EVOLUÇÃO AGRÍCOLA NO PERÍODO 1992-2002

A figura 1 mostra a evolução do produto real da agropecuária entre 1992 e 2002, podendo-se constatar a tendência geral de crescimento (40,3% no período), com dois períodos de crescimento mais pronunciado, entre 1993 e 1996 e depois de 1998. Em particular, os dois anos das PNADs, 1992 e 2002, podem ser considerados “bons” para a agricultura, não prejudicando, desse ponto de vista, as comparações sobre a população ocupada nesse setor.

Para entender melhor a evolução da agricultura nesse período, recorre-se ao trabalho de Rezende (2003), que analisa detalhadamente esse comportamento nas décadas de 1980 e 1990. Após duas quebras de safras agrícolas, em várias regiões do País, em 1990 e 1991, com queda de 3,7% no produto agrícola em 1990, a reativação da política de preços mínimos e a expansão do crédito rural, associadas a uma forte desvalorização cambial e à liberalização do comércio exterior, conseguem reverter a deterio-

ração do desempenho agrícola e o setor volta a crescer em 1992 (4,9% em relação ao ano anterior). Outras medidas, como a canalização de recursos do crédito de custeio para o de comercialização (EGF), o sistema de equivalência-produto no crédito rural e a continuação da política de preços mínimos, viabilizaram o crescimento da atividade agrícola na primeira metade da década de 1990; o aumento da oferta de produtos agropecuários associado à valorização cambial iniciada em meados de 1992, que desestimulava as exportações, elevou os estoques públicos agrícolas, que atingiram níveis recordes em meados de 1995 (20 milhões de toneladas). A partir de meados da década, com a instituição do Plano Real, a política de preços mínimos perde importância (em parte, devido à queda real dos preços mínimos em comparação com os preços de mercado), voltando a ser reativada apenas na safra 2002/2003. Com a estabilização da economia a partir do final de 1994, várias inovações puderam ser introduzidas na política agrícola: o abandono da política de preços mínimos, que deixou de ser necessária à medida que a instabilidade



Base 1992=100.

Figura 1 - Índices do Valor Adicionado da Agropecuária Brasileira, 1992-2002.

Fonte: IBGE. Sistema de Contas Nacionais.

agrícola provocada pela inflação alta e incerta havia sido eliminada; a adoção de taxas nominais de juros no crédito rural e a criação de crédito rural específico para a agricultura familiar (o PRONAF, criado em 1996); a ampliação dos recursos para o crédito rural pelo aumento das exigibilidades bancárias; e a criação de programas de investimentos em tratores e máquinas agrícolas (o MODERFROTA). Essas inovações, somadas à mudança no regime cambial em 1999, acabando com a sobrevalorização cambial que vigorou desde o Plano Real até o início de 1999, foram responsáveis pelo *boom* do crescimento agrícola no final do período (1999-2002). Para Rezende (2003, p.234), *“as mudanças de políticas que ocorreram na década de 90, incluindo a maior abertura externa, a desregulamentação dos mercados (incluindo as cadeias de trigo, café, leite e cana-de-açúcar) e, last but not least, as novas políticas de preços mínimos e de crédito rural, fizeram com que o setor agrícola passasse a operar dentro de uma estrutura mais competitiva, tanto pelo fato de que essas mudanças criaram mais concorrência dentro do setor, como porque o setor, como um todo, passou a sofrer mais concorrência vinda do exterior. Disso tudo resultou uma tendência geral de aumento de produtividade agrícola e redução de custos, com conseqüente queda nos preços dos alimentos. Além disso, a saída do governo como comprador importante em vários mercados levou a uma melhoria de qualidade de vários produtos, como trigo, café, arroz, algodão, açúcar e muitos outros”*.

5 - REDUÇÃO DA PEA RURAL ENTRE 1992 E 2002

A população economicamente ativa (PEA) com residência rural diminuiu em todas as regiões do Brasil na década estudada⁹. Apesar do otimismo que permeou as análises sobre o “novo rural” brasileiro até meados da década de 1990, em que se cons-

⁹Não é possível estimar quanto dessa variação pode ser atribuído (ou não) ao problema de definição do rural nos dois anos considerados. Dada a ordem de grandeza dos valores, admite-se que a redução observada possa não ser exata, mas não a ponto de inverter a conclusão.

tatava uma estabilidade da PEA rural, graças ao aumento das atividades não-agrícolas no meio rural, e se previa um caminho possível para a redução do deslocamento rural-urbano da população, os dados recentes parecem reverter a situação¹⁰.

A tabela 1 mostra as variações da PEA e da população rural entre 1992 e 2002, destacando-se dois aspectos: primeiro, o comportamento diferenciado das duas primeiras regiões, que são as mais pobres, em relação às três outras regiões; segundo, o comportamento singular de São Paulo. Nas duas regiões mais pobres o decréscimo da PEA rural é atenuado pelo menor decréscimo da PEA agrícola, enquanto nas regiões mais desenvolvidas é a PEA agrícola que sofre a maior redução, contribuindo portanto para reforçar a queda na PEA rural, que só não foi maior graças ao crescimento das atividades não-agrícolas. O Estado de São Paulo é a única região que não apresenta queda da população rural, apesar da enorme redução da PEA agrícola (mais de 50%) e da redução de 14% na PEA rural. Isso indica que o rural paulista está servindo de moradia para uma expressiva parcela da população não ocupada ou não economicamente ativa, e reflete o descolamento entre o desenvolvimento rural e o desenvolvimento agrícola, estatisticamente visível apenas nessa região.

A evolução apresentada suscita a seguinte questão: se nas regiões mais pobres a PEA rural caiu mais do que a PEA agrícola, quais as outras atividades que decresceram para levar a esse resultado? O mesmo vale para as regiões mais ricas: se a agricultura caiu mais que o total de atividades, quais os setores que cresceram para compensar essa perda de ocupações agrícolas? A tabela 2 traz indicações que ajudam a responder a questão.

¹⁰Veja-se, por exemplo, a conclusão de Graziano da Silva (1999, p.25) ao analisar as PNADs do início da década de 1990: *“É alentador, no quadro de redução das atividades agrícolas e rurais vis-à-vis os anos 80, constatar em 1992/95 o forte crescimento das pessoas ocupadas em atividades rurais não-agrícolas, de 3,5% a.a., contra 1,2% a.a. no período anterior. É o crescimento das atividades não-agrícolas que contrabalançou a queda de 1,3% a.a. das atividades agrícolas do meio rural brasileiro e que explica a quase estabilização alcançada da PEA rural nos anos 90s”*.

Tabela 1 - Variação Percentual da População e da PEA Rural em Cinco Regiões do Brasil, 1992 e 2002

Região	População rural	PEA rural	PEA rural agrícola
Nordeste	-11,4	-8,3	-0,3
Sudeste (menos SP)	-25,2	-20,0	-17,3
São Paulo	0,9	-14,3	-50,4
Sul	-14,4	-13,7	-18,3
Centro-Oeste	-16,2	-20,4	-26,0
Total	-13,7	-12,6	-11,7

Fonte: PNAD (1992 e 2002).

Tabela 2 - Variação Percentual da PEA Rural por Setor de Atividade em Cinco Regiões do Brasil, 1992 e 2002

Setor	Nordeste	Sudeste (menos SP)	São Paulo	Sul	Centro-Oeste	Total
Agrícola	-0,3	-17,3	-50,4	-18,3	-26,0	-11,7
Indústria	-26,3	-35,7	-8,8	0,8	-13,6	-19,7
Construção	-10,1	-10,2	166,9	42,5	34,1	16,2
Comércio	0,1	0,2	106,4	34,1	105,2	20,3
Serv. domést.	72,9	27,8	47,7	37,6	48,6	48,1
Adm. pública, educ.	-10,6	-14,6	102,6	21,9	18,0	1,2
Outras atividades	-5,7	81,6	153,6	17,0	29,9	2,3
Total	-8,3	-20,0	-14,3	-13,7	-20,4	-12,6

Fonte: PNAD (1992 e 2002).

Três setores de atividades apresentam comportamento inverso entre os dois grupos de regiões: construção, comércio e administração pública-educação-saúde. No Nordeste e Sudeste esses três setores tiveram variação negativa ou praticamente nula (o comércio), enquanto nas demais regiões esses setores mostraram grande dinamismo, chegando a crescer mais de 100% em São Paulo e, no caso do comércio, também no Centro-Oeste. As atividades industriais não foram uma fonte importante de emprego para a PEA rural, tendo decrescido em 4 das regiões estudadas; os serviços domésticos, ao contrário, tiveram crescimento firme em todas as regiões, confirmando análises anteriores que apontavam a má qualidade dos postos de trabalho não-agrícolas ocupados pela população rural (BALSADI, 2000; KAGEYAMA, 2003). As "outras atividades", onde foi alocada a maior parte dos serviços, cresceram mais de 150% em São Paulo e mais de 80% no Sudeste (sem SP), mas também tiveram variação positiva no Sul e Centro-Oeste.

Conclui-se que o desenvolvimento rural apóia-

do nas atividades não-agrícolas que podem gerar postos de trabalho de melhor qualidade que o emprego doméstico só é mais visível em São Paulo, mostrando sinais de avanço no Sul e no Centro-Oeste, mas ainda está longe de constituir uma tendência nas regiões mais pobres do País. No Nordeste, a única atividade não-agrícola que teve crescimento expressivo para a PEA rural foi o emprego doméstico e, especialmente nessa região, sabe-se que essa atividade é totalmente desprotegida da legislação e dos benefícios trabalhistas.

As variações ocorridas nos diferentes setores de atividades da PEA modificaram a sua distribuição nas regiões (Tabela 3). Com exceção do Nordeste, a PEA agrícola diminuiu sua participação em todas as regiões, destacando-se São Paulo, onde passou de 64,4% para apenas 36,8% da PEA rural total. Com isso, as atividades não-agrícolas tiveram aumentos expressivos em sua participação nesse estado. As duas únicas atividades não-agrícolas que mostraram crescimento de participação em todas as regiões, sem exceção, foram, em

Tabela 3 - Distribuição da PEA Rural por Setor de Atividade em Cinco Regiões do Brasil, 1992 e 2002
(em %)

Setor	Nordeste		Sudeste (menos SP)		São Paulo		Sul		Centro-Oeste		Total	
	1992	2002	1992	2002	1992	2002	1992	2002	1992	2002	1992	2002
Agrícola	79,8	80,7	77,2	76,8	64,4	36,8	82,6	76,6	82,0	73,1	79,1	76,0
Indústria	6,0	4,5	7,1	5,4	10,4	11,0	6,5	7,5	4,9	5,2	6,5	5,7
Construção	2,1	1,9	2,4	2,6	2,7	8,3	1,4	2,2	1,3	2,1	2,0	2,5
Comércio	3,3	3,4	2,4	2,9	4,0	9,5	2,4	3,6	1,8	4,6	2,9	3,8
Serv. domést.	1,6	2,8	3,9	6,0	8,3	14,1	2,3	3,6	4,1	7,4	2,8	4,5
Adm. pública, educ.	4,5	4,2	3,0	3,0	3,0	6,8	2,4	3,4	2,8	4,0	3,6	3,9
Outras atividades	2,7	2,6	4,0	3,1	7,2	13,5	2,2	3,1	3,0	3,8	3,2	3,5
Total (com declaração)	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD (1992 e 2002).

primeiro lugar, o emprego doméstico e, em segundo, o ramo de comércio e reparação.

6 - RENDAS DERIVADAS DO TRABALHO CRESCERAM ENTRE 1992 E 2002

A inflação calculada pelo INPC entre setembro de 1992 e setembro de 2002 (datas de referência das PNADs) foi de 97.983,32%. Esse índice foi utilizado para converter os valores dos rendimentos de 1992 a valores reais de 2002. O valor do salário mínimo na data de referência da PNAD de 2002 era de R\$200,00. Os resultados para a evolução dos rendimentos médios *per capita* encontram-se na tabela 4 e todas as tabelas sobre rendimentos incluem as pessoas com renda igual a zero, mas excluem as pessoas com rendimento "ignorado".

O rendimento médio oriundo do trabalho, para a PEA rural, cresceu 21,5% entre 1992 e 2002, mas com grande variação regional, beneficiando as regiões de agricultura mais desenvolvida, destacando-se o Sul e, principalmente, o Centro-Oeste.

A proporção da PEA com rendimento de todos os trabalhos inferior a um salário mínimo corrente diminuiu 25% e atingiu todas as regiões, mas essa redução também foi mais forte nas áreas mais desenvolvidas. Mesmo com essa redução, ainda é bastante elevada a proporção de pessoas economicamente ativas que ganham menos de um salário mínimo,

variando de 34% em São Paulo a 80% no Nordeste em 2002. Em média, dois terços da PEA rural ganhava menos de um salário mínimo em 2002 (Tabela 5).

Em todas as regiões os rendimentos de todas as fontes cresceram mais do que os rendimentos do trabalho, indicando que as rendas não derivadas do trabalho tiveram aumento maior do que as derivadas do trabalho na década, confirmando, para a PEA rural, a tendência apontada por Barros et al. (2004) para as famílias brasileiras em geral.

A razão entre o maior rendimento (São Paulo) e o menor (Nordeste), quando se consideram todas as fontes, reduziu-se ligeiramente entre 1992 e 2002, passando de 2,99 para 2,90; quando são considerados apenas os rendimentos do trabalho, além de ser maior, a diferença aumentou no período (de 3,30 para 3,38). Isso sugere que as rendas não derivadas do trabalho constituem um mecanismo de redução das disparidades regionais de rendimentos e, dado que as transferências (basicamente aposentadoria rural) representam a quase totalidade das rendas de não trabalho, reforça-se a importância das políticas de proteção social na distribuição da renda no meio rural.

7 - RENDAS NÃO DERIVADAS DO TRABALHO CRESCERAM MAIS ENTRE 1992 E 2002

No período analisado, a participação dos rendimentos de transferências elevou-se em todas as re-

Tabela 4 - Rendimento Médio Total e do Trabalho para a PEA Rural em Cinco Regiões do Brasil, 1992 e 2002
(em R\$ de setembro de 2002 *per capita*)

Rendimento	Nordeste	Sudeste (menos SP)	São Paulo	Sul	Centro-Oeste	Total
Todos os trabalhos						
1992	88,52	147,72	292,41	191,50	178,06	139,83
2002	101,89	167,03	344,46	252,04	282,91	169,89
Todas as fontes						
1992	105,41	164,95	315,27	215,61	193,94	158,63
2002	131,82	206,94	383,06	295,73	315,66	204,98
Variação %						
Rend. todos os trabalhos	15,10	13,07	17,80	31,61	58,89	21,50
Rend. todas as fontes	25,05	25,45	21,50	37,16	62,76	29,22

Fonte: PNAD (1992 e 2002).

Tabela 5 - Proporção e Variação Percentual do Número de Pessoas Economicamente Ativas com Rendimento do Trabalho Inferior a um Salário Mínimo Corrente, na Área Rural, em Cinco regiões do Brasil, 1992 e 2002
(em %)

Região	Proporção da PEA rural com rendimento do trabalho < 1 S.M.		Variação percentual da PEA com rendimento < 1 S.M. 1992/2002
	1992	2002	
Nordeste	87,3	79,8	-16,2
Sudeste (menos SP)	77,8	63,1	-35,1
São Paulo	52,4	34,1	-44,2
Sul	70,3	56,7	-30,4
Centro-Oeste	72,7	48,7	-46,6
Total	78,8	67,5	-25,1

Fonte: PNAD (1992 e 2002).

giões, passando a representar fração significativa da renda total nas Regiões mais pobres (29,7% no Nordeste e 26,7% no Sudeste-SP), como mostram as tabelas 6 e 7. Nessas tabelas foi considerada a população rural total (e não apenas a PEA), portanto o peso das transferências fica ainda mais evidente.

Entre 1992 e 2002 o rendimento total *per capita* para a população rural cresceu 38,2% em termos reais, enquanto o rendimento médio do trabalho variou 24,8%. Essa diferença deve-se ao maior crescimento das transferências, já que os rendimentos oriundos de ativos (aluguel e juros) são insignificantes na composição da renda total. Considerando a massa total da renda rural, verifica-se a perda de participação do rendimento do trabalho em todas as Regiões, destacando-se o Nordeste (de 74% para 66%) e o Sudeste menos São Paulo (de 84% para 71% aproximadamente).

A maior parte das transferências é representada pelas aposentadorias rurais, que aumentaram de forma expressiva sua participação na renda rural, devido à extensão desse benefício ao campo após 1992, como se viu antes. Considerando o total das transferências (aposentadoria, pensão, abono e doação), sua participação passou de 16,1% em 1992 para 22,6% em 2002 no total das Regiões, destacando-se, em termos de maiores variações, o Nordeste (24,4% e 29,6%, respectivamente), o Sudeste (15,0% e 26,7%) e o Centro-Oeste (6,5% e 12,2%).

Em 2002 havia 2,7 milhões de aposentados na área rural, representando um crescimento de 47,2% em relação a 1992. Comparando esse valor com a queda de 13,7% da população rural (tabela 1), fica evidente a força que teve a universalização da previdência nesse período. Na tabela 8 pode ser vista a variação no número de aposentados rurais e sua

Tabela 6 - Rendimento Médio Total e do Trabalho para a População Rural em Cinco Regiões do Brasil, 1992 e 2002(em R\$ de setembro de 2002 *per capita*)

Rendimento	Nordeste	Sudeste (menos SP)	São Paulo	Sul	Centro-Oeste	Total
Todos os trabalhos						
1992	46,31	83,68	159,09	125,13	108,31	78,35
2002	55,79	101,75	168,57	167,02	165,14	97,81
Todas as fontes						
1992	62,23	100,14	181,71	148,00	120,45	95,86
2002	84,16	144,15	209,63	213,29	193,89	132,49
Variação %						
Rend. todos os trabalhos	20,48	21,59	5,96	33,48	52,46	24,84
Rend. todas as fontes	35,23	43,95	15,36	44,12	60,97	38,22

Fonte: PNAD (1992 e 2002).

Tabela 7 - Participação das Diferentes Fontes de Renda no Total dos Rendimentos da População Rural em Cinco Regiões do Brasil, 1992 e 2002

(em %)

Setor	Nordeste		Sudeste (menos SP)		São Paulo		Sul		Centro-Oeste		Total	
	1992	2002	1992	2002	1992	2002	1992	2002	1992	2002	1992	2002
Aposentadorias	20,5	24,8	11,6	20,9	8,1	11,2	9,5	14,3	5,3	9,6	13,1	18,1
Outras transferências	3,9	4,8	3,4	5,8	2,1	4,7	2,4	3,9	1,2	2,6	3,0	4,5
Ativos	1,2	4,1	1,5	2,7	2,3	3,6	3,5	3,6	3,6	2,7	2,2	3,5
Trabalho	74,4	66,3	83,6	70,6	87,6	80,4	84,6	78,3	89,9	85,2	81,7	73,8
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fonte: PNAD (1992 e 2002).

Tabela 8 - Participação e Variação Percentual do Número de Aposentados Rurais em Cinco Regiões do Brasil, 1992 e 2002

(em %)

Região	Distribuição do número de aposentados rurais		Variação percentual do número de aposentados 1992/2002
	1992	2002	
Nordeste	56,2	51,7	35,3
Sudeste (menos SP)	15,8	16,6	55,0
São Paulo	5,9	5,7	42,9
Sul	18,8	22,2	74,1
Centro-Oeste	3,3	3,8	65,5
Total	100,0	100,0	47,2

Fonte: PNAD (1992 e 2002).

distribuição nas cinco regiões. Os maiores acréscimos ocorrem no Sul (74%) e no Centro-Oeste (65,5%), mas é o Nordeste que se destaca, por abrigar mais de 50% dos aposentados rurais do País.

Pode-se concluir que as políticas públicas de transferências vêm constituindo um mecanismo cada vez mais importante para a formação e redistribuição da renda rural. De um lado, há restrições à

elevação dos rendimentos do trabalho, principalmente pela queda tendencial das ocupações agrícolas e pelas dificuldades de desenvolver localmente atividades não-agrícolas que gerem postos de trabalho de melhor qualidade. De outro lado, a evolução dos rendimentos oriundos do trabalho tendeu a reforçar as desigualdades regionais, o inverso ocorreu com as rendas não derivadas do trabalho.

8 - CONCLUSÕES

Aparentemente, a pluriatividade, como base do desenvolvimento rural, não foi suficiente para deter a queda da população rural e das ocupações agrícolas na década de 1992-2002 no Brasil. A redução da população economicamente ativa na agricultura foi mais forte do que a redução da PEA rural e da população rural como um todo nas Regiões mais desenvolvidas (São Paulo, Sul e Centro-Oeste), ocorrendo o inverso nas Regiões mais pobres (Nordeste e Sudeste sem São Paulo). Nestas últimas, as principais fontes de empregos não-agrícolas - construção civil, comércio e administração pública, saúde e educação - sofreram queda entre os dois anos analisados, enquanto nas áreas mais ricas essas atividades cresceram significativamente, em alguns casos ultrapassando uma variação de 100% no período. No entanto, esse crescimento não impediu que a PEA e a população rural declinassem, com exceção de São Paulo, cuja população rural ficou estável no período. A única atividade que mostrou crescimento alto e sistemático para todas as regiões foi o emprego doméstico, denotando a má qualidade dos postos de trabalho que mais cresceram no meio rural brasileiro.

Os rendimentos da PEA e da população rural total cresceram mais de 30% em termos reais, porém as rendas não derivadas do trabalho cresceram à frente dos rendimentos do trabalho em todas as regiões. O número de aposentados residentes na área rural aumentou 47% no período e a proporção das transferências no total da renda rural passou de 16,1% para 22,6%, com maiores acréscimos nas regiões mais pobres. Esses dados indicam que as políticas de proteção social, notadamente as transferên-

cias (majoritariamente compostas por aposentadorias) têm sido de extrema importância não só na formação e na distribuição da renda rural, mas também na possível redução das desigualdades regionais dos rendimentos da população rural, uma vez que quase 70% dos aposentados estão nas duas regiões mais pobres e que o peso das transferências na renda total é também maior nessas regiões.

LITERATURA CITADA

- ABRAMOVAY, R. **O futuro das regiões rurais**. Porto Alegre: UFRGS, 2003. 149 p.
- BALSADI, O. V. **Características do emprego rural no estado de São Paulo nos anos 90**. 2000. Dissertação (Mestrado) - Instituto de Economia, Universidade Estadual de Campinas.
- BARROS, R. P. et al. **Acesso ao trabalho e produtividade no Brasil: implicações para crescimento, pobreza e desigualdade**. Rio de Janeiro: IPEA, 2004. 187 p.
- DELGADO, G.; CARDOSO JÚNIOR, J. C. Condições de reprodução econômica e combate à pobreza. In: _____; _____. (Orgs.). **A universalização de direitos sociais no Brasil: a Previdência Rural nos anos 90**. Brasília: IPEA, 2000. 242 p.
- ENYEDI, G.; VOLGYES, I. (Eds.). **The effect of modern agriculture on rural development**. New York: Pergamon Press, 1982. 330 p.
- GRAZIANO DA SILVA, J. **O novo rural brasileiro**. Campinas, SP: UNICAMP/IE, 1999. 153 p. (Coleção Pesquisas 1).
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. CNAE-Domiciliar e correspondência com a CNAE e PNAD. In: **Classificações Estatísticas**. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 23 jun. 2004.
- PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS - PNAD. **PNAD de 2002: documentação dos microdados da amostra**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002. CD-ROM.
- _____. **PNAD de 1992**. Rio de Janeiro: IBGE. 1992. CD-ROM.
- _____. **PNAD de 1999**. Rio de Janeiro: IBGE. 1999. CD-ROM.
- KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceitos e um exemplo de medida. In: CONGRESSO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 52., 2004, Cuiabá, MT. **Anais...** Brasília: SOBER, 2004. CD-ROM.
- _____. As múltiplas fontes de renda das famílias agrícolas brasileiras. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 48, t.

2, p. 57-69, 2001.

KAGEYAMA, A. Os rurais e os agrícolas de São Paulo no Censo de 2000. **Cadernos de Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 20, n. 3, p. 413-451, set./dez. 2003.

_____; LEONE, E. T. Trajetórias da modernização e emprego agrícola no Brasil, 1985-1996. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 40, n. 1, p.9-28, jan./mar. 2002.

MOSELEY, M. J. **Rural development: principles and prac-**

tice. London: SAGE Publications Ltd., 2003. 227 p.

REZENDE, G. C. **Estado, macroeconomia e agricultura no Brasil.** Porto Alegre: UFRGS/IPEA, 2003. 246 p.

SCHWARZER, H. **Paradigmas de previdência social rural: um panorama da experiência internacional.** Brasília: IPEA, nov. 2000. (Texto para Discussão, n. 767).

VEIGA, J. E. **A face rural do desenvolvimento: natureza, território e agricultura.** Porto Alegre: Editora Universidade/UFRGS, 2000. 197 p.

Recebido em 13/07/2004. Liberado para publicação em 25/10/2004.